



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

ATA DA PRIMEIRA (1ª) SESSÃO ORDINÁRIA

Presidida pelo Sr. Vereador João Antônio Pires Gonçalves; Secretariada pelo Sr. Vereador Waldemar Marcurio Filho.

Aos dois dias do mês de fevereiro do ano dois mil e quinze realizou-se na Sala das Sessões "Vereador Santo Róttoli", da Câmara Municipal de Mogi Mirim, presidida pelo Sr. Vereador João Antônio Pires Gonçalves; Secretariada pelo Sr. Vereador Waldemar Marcurio Filho, a Primeira (1ª) Sessão Ordinária do Segundo (2º) Ano da Décima Sexta (16ª) Legislatura da Câmara Municipal de Mogi Mirim, previamente programada e devidamente convocada nos termos da Relação da Matéria, datada de 29 de janeiro de 2015. Às 18h30, feita a primeira chamada nominal dos Srs. Vereadores pelo 1º Secretário, nos termos do disposto no Artigo 109, da Resolução nº 276, de 2010 (Regimento Interno vigente) e constatando-se haver número legal para o início dos trabalhos, conforme dispõe o Artigo 106 da já citada Resolução, eis que se encontravam presentes os Srs. Vereadores: Ary Augusto Reis de Macedo (01), Benedito José do Couto (02), Cinoê Duzo (03), Daniela Dalben Mota (04), Dayane Amaro Costa (05), João Antonio Pires Gonçalves (06), Jorge Setoguchi (07), Laércio Rocha Pires (08), Luís Roberto Tavares (09), Luiz Antônio Guarnieri (10), Luzia Cristina Côrtes Nogueira (11), Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino (12), Marcos Bento Alves de Godoy (13), Maria Helena Scudeler de Barros (14), Osvaldo Aparecido Quaglio (15), Waldemar Marcurio Filho (16), e ausente, Daniel Gasparini dos Santos (17), conforme, aliás, se vê das respectivas assinaturas apostas à Folha de Presença - Registro de Comparecimentos e Faltas dos Srs. Vereadores às Sessões da Câmara, anexa ao final da presente ata, o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos da presente sessão. Posto isto, conforme o disposto no Parágrafo



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Único do Artigo 106, da citada Resolução, convidou a Vereadora Daniela Dalben Mota para que procedesse a leitura de um trecho da Bíblia Sagrada. Cumprida dita providência, o Presidente da Câmara, Vereador João Antônio Pires Gonçalves, na abertura do biênio, proferiu breve discurso, saudando a todos e agradecendo os votos recebidos, os quais lhe tinham permitido a assunção ao cargo, e colocando, desde logo, sua posição para o período, comunicando que não permitiria atropelos em relação ao trâmite de projetos, sugerindo, inclusive, reuniões semanais, ou quinzenais, para discussão conjunta das proposituras, com a presença de todos os Vereadores. Ratificou que nenhum projeto seria apreciado apressadamente e convidou os pares para a primeira reunião conjunta, às 15 horas, na próxima quinta-feira, dia 05. Na sequência, convidou os Vereadores para reunião na Sala da Presidência, objetivando a composição das Comissões Permanentes e, igualmente, informou que também atenderiam, durante a suspensão, a Sra. Maria Aparecida Rossi Freitas, Presidente do Conselho Municipal do Idoso, a qual, na ocasião, teceu explicações sobre a situação das entidades assistenciais do município, relativas à aprovação do Projeto de Lei nº 02/2014, de autorização para repasse de recursos, oriundos do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, para as entidades cadastradas no Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa. Antes de suspender a sessão, para acordo na composição das comissões, o Presidente da Câmara, Vereador João Antônio Pires Gonçalves, pediu licença ao Vereador Cinoê Duzo, para propor um *Minuto de Silêncio*, pelo passamento de *Dona Luzia, mãe do Vereador Cinoê Duzo*, falecida recentemente. A homenagem foi prestada, com todos os Vereadores em pé, e, posto isto, o Presidente suspendeu a sessão às 18h47. Os trabalhos foram reabertos às 19h49 e o Presidente da Casa, Vereador João A. P. Gonçalves, informou a todos a *formação das Comissões Permanentes, como dispõe o Artigo 33, § 2º, do Regimento Interno*, a saber: **COMISSÕES PERMANENTES – BIÊNIO 2015/2016: 1. COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO: 1. Vereador Ary**



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Augusto Reis de Macedo – SDD; 2. Vereador Jorge Setoguchi – PSD; 3. Vereador Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino – PPS; **2. COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO:** 1. Vereador Benedito José do Couto – PV; 2. Vereador Luiz Guarnieri – PT; 3. Vereadora Maria Helena S. Barros – PSDB; **3. COMISSÃO DE OBRAS, SERVIÇOS PÚBLICOS E ATIVIDADES PRIVADAS:** 1. Vereador Laércio Rocha Pires – PPS; 2. Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio – PSDB; 3. Vereador Waldemar Marcurio Filho – PT; **4. COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL:** 1. Vereador Marcos Bento Alves de Godoy – PDT; 2. Vereador Dayane Amaro Costa – PDT; 3. Vereador Luís Roberto Tavares – SDD; **5. COMISSÃO DE DENOMINAÇÃO DE VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS** (um membro de cada representação partidária): 1. Vereador Benedito José do Couto – PV; 2. Vereador Laércio Rocha Pires – PPS; 3. Vereadora Maria Helena S. Barros – PSDB; 4. Vereador Jorge Setoguchi – PSD; 5. Vereador Luiz Guarnieri – PT; 6. Vereador Luís Roberto Tavares – SDD; 7. Vereador Marcos Bento Alves de Godoy – PDT; **6. COMISSÃO DE EMENDAS À LEI ORGÂNICA MUNICIPAL:** (um membro de cada representação partidária): 1. Vereador Manoel Eduardo P. C. Palomino – PPS; 2. Vereadora Dayane Amaro Costa – PDT; 3. Vereador Benedito José do Couto – PV; 4. Vereador Ary Augusto R. de Macedo – SDD; 5. Vereador Waldemar Marcurio Filho – PT; 6. Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio – PSDB; 7. Vereador Cinoê Duzo – PSD; 8. Vereadora Luzia Cristina Côrtes Nogueira – PSB; **7. COMISSÃO DE EXAMES DE ASSUNTOS INDUSTRIAIS E COMERCIAIS:** 1. Vereador Benedito José do Couto – PV; 2. Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio – PSDB; 3. Vereador Waldemar Marcurio Filho – PT. Findo o processo de composição das Comissões Permanentes e dando por efetivamente iniciada a parte reservada ao "**EXPEDIENTE**", o Sr. Presidente submeteu à apreciação do Plenário a Ata da Quadragésima Primeira (41ª) Sessão Ordinária, realizada em 15 de dezembro de 2014, a qual,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

depois de achada conforme e aprovada, foi devidamente assinada pelos Vereadores João Antônio Pires Gonçalves e Waldemar Marcurio Filho, respectivamente, o Presidente e o 1º Secretário. Na sequência deu ciência à Casa, através de leitura, da seguinte matéria: 1. Projeto de Lei nº 140, de 2014, do Vereador Marcos Bento Alves de Godoy, “dispondo sobre a obrigatoriedade de constar, em receituário médico, tarja incentivando denúncias de violência contra mulheres, crianças e adolescentes”; (ao exame das Comissões Permanentes); 2. Projeto de Lei nº 001, de 2015, da Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, “dando denominação à Rua “5”, situada no Loteamento Vila Toscana, de Rua Gastão Lorenzetti Filho”; (ao exame das Comissões Permanentes); 3. Projeto de Lei nº 02, de 2015, de autoria do Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, acompanhado de Mensagem nº 02/2015, datada de 02/02/2015, objeto do Ofício nº 02/2015, de igual data, “autorizando o repasse de recursos oriundos do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, para as entidades cadastradas no Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa e dando outras providências”; (ao exame das Comissões Permanentes); 4. Projeto de Lei nº 03, de 2015, de autoria do Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, acompanhado de Mensagem nº 03/2015, datada de 02/02/2015, objeto do Ofício nº 03/2015, de igual data, “autorizando o Executivo Municipal a celebrar convênio com a Banda Lyra Mogimiriana para fins de subvenção social”; (ao exame das Comissões Permanentes); 5. Projeto de Lei nº 04, de 2015, de autoria do Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, acompanhado de Mensagem nº 04/2015, datada de 02/02/2015, objeto do Ofício nº 04/2015, de igual data, “autorizando o Município de Mogi Mirim, pelo Poder Executivo, a celebrar convênio com a Liga de Futebol Amador de Mogi Mirim – LIFAMM, para o fim que especifica e determinando outras providências”; (ao exame das Comissões Permanentes); 6. Projeto de Lei nº 05, de 2015, de autoria do Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, acompanhado de Mensagem nº 05/2015, datada de



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

02/02/2015, objeto do Ofício nº 05/2015, de igual data, “autorizando o Executivo Municipal a celebrar convênio com a Associação Beneficente José Teixeira Machado – ABTEM e determinando outras providências”; (ao exame das Comissões Permanentes); 7. Projeto de Lei nº 06, de 2015, de autoria do Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, acompanhado de Mensagem nº 06/2015, datada de 02/02/2015, objeto do Ofício nº 06/2015, de igual data, “autorizando o Município de Mogi Mirim, pelo Poder Executivo, a celebrar convênio com a Banda Musical Lyra Mogimiriana, para fins de subvenção social, visando atender a manutenção do Projeto S.E.R.”; (ao exame das Comissões Permanentes); 8. Projeto de Lei nº 07, de 2015, de autoria do Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, acompanhado de Mensagem nº 07/2015, datada de 02/02/2015, objeto do Ofício nº 07/2015, de igual data, “autorizando o Município de Mogi Mirim, pelo Poder Executivo, a celebrar convênio com a Banda Musical Lyra Mogimiriana, para fins de subvenção social, visando atender a manutenção do Programa Núcleos de Coral”; (ao exame das Comissões Permanentes); 9. Projeto de Lei Complementar nº 01, de 2015, de autoria do Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, acompanhado de Mensagem nº 01/2015, datada de 07/01/2015, objeto do Ofício nº 01/2015, de igual data, “dispondo sobre alteração da Lei Complementar nº 207, de 2006, que estabelece o Estatuto do Magistério Público do Município de Mogi Mirim e respectivo plano de carreira e salários da rede municipal de ensino”; (ao exame das Comissões Permanentes); 10. Balancete Mensal da Receita e da Despesa da Câmara Municipal de Mogi Mirim, “referente ao mês de novembro de 2014”; (ao exame da Comissão de Finanças e Orçamento); 11. Balancete Mensal da Receita e da Despesa da Câmara Municipal de Mogi Mirim, “referente ao mês de dezembro de 2014”; (ao exame da Comissão de Finanças e Orçamento); 12. Balancete Mensal da Receita e da Despesa da Prefeitura Municipal de Mogi Mirim, “referente ao mês de novembro de 2014”; (ao exame da



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Comissão de Finanças e Orçamento); 13. Balancete Mensal da Receita e da Despesa da Prefeitura Municipal de Mogi Mirim, “referente ao mês de dezembro de 2014”; (ao exame da Comissão de Finanças e Orçamento); 14. Balancete Mensal da Receita e da Despesa do Serviço Autônomo de Água e Esgotos – SAAE de Mogi Mirim, “referente ao mês de novembro de 2014”; (ao exame da Comissão de Finanças e Orçamento). Ainda com os Ofícios n.ºs. 02, 03, 04, 05, 06, 07/2015, o Senhor Prefeito Luís Gustavo Stupp solicitou fossem os Projetos de Lei n.ºs. 02, 03, 04, 05, 06, 07/2015 apreciados em Regime de Urgência Especial, conforme previsto no Artigo 54, da Lei Orgânica – LOM de Mogi Mirim. Ato contínuo, o Sr. Presidente submeteu à apreciação e votação dos nobres Vereadores os seguintes **REQUERIMENTOS**, hoje endereçados à Mesa (aprovados pela Casa): n.º 001, de 2015, da Sra. Vereadora Luzia Cristina C. Nogueira, solicitando, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para que remeta cópia, na íntegra, do procedimento licitatório – dispensa de licitação n.º 13025/2014, referente à contratação da Associação dos Diplomados da FEA USP”; n.º 003, de 2015, do Sr. Vereador Marcos Bento Alves de Godoy, solicitando, “seja oficiado o Comandante da Polícia Militar, para que reforce o contingente no Distrito de Martim Francisco no dia 02 de abril, período noturno, e madrugada de 03 de abril, devido a Romaria de Aparecidinha”; n.ºs 004 e 010, de 2015, do Sr. Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio, solicitando, respectivamente, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para que dê informação sobre implantação de coletor de esgotos na parte alta do Ribeirão Santo Antonio, na Avenida Brasil” e “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para que informe sobre a medição e o pagamento da empresa Pluri Rental Comercial Locações Reireli – EPP, vencedora do Pregão Presencial n.º 104/2013, processo 13.766/2013”; n.ºs 005 e 006, de 2015, do Sr. Vereador Manoel Eduardo P. C. Palomino, solicitando, respectivamente, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Luís Gustavo Antunes Stupp, para que informe sobre todas as intervenções, realizadas pelo Programa Bem Estar Animal, tais como, número de animais cadastrados, vacinados, doados, bem como número de registros de ocorrências de maus tratos, abandono e outros, no decorrer de 2014” e “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para que informe sobre o plano de cargos e salários dos funcionários públicos”; nº 007, de 2015, do Sr. Vereador Jorge Setoguchi, solicitando, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para que officie a ARTESP e a Empresa Renovias Concessionária S/A, para imediata construção da terceira faixa na pista norte da SP-340, entre os quilômetros 149 e 152”; nºs 008, 009, de 2015, do Sr. Vereador Luís Roberto Tavares, solicitando, respectivamente, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para que informe o montante arrecadado com a Contribuição de Iluminação Pública – CIP, até o momento, e envie cópia do projeto de trabalho, para manutenção do sistema” e “seja oficiada a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, para que informe sobre a transferência dos ativos da iluminação pública, considerando o Artigo 1º, § 6º, da Resolução nº 587/2013”; nº 011, de 2015, do Sr. Vereador Laércio Rocha Pires, solicitando, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, reiterando-lhe o Requerimento nº 345/2014, para limpeza dos terrenos da Riwenda Construções e Negócios Imobiliários, no Residencial Europa”; nº 012, de 2015, da Mesa da Câmara Municipal, “requerendo a alteração de datas de sessões ordinárias no decorrer do ano de 2015”; nºs 013 e 014, de 2015, do Sr. Vereador Luís Antônio Guarnieri, solicitando, respectivamente, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, reiterando-lhe o solicitado no Requerimento nº 597/2014, que requereu a relação dos imóveis, que são alugados pela Prefeitura, para alocar seus departamentos e seus respectivos valores” e “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para que remeta à Câmara cópia dos contratos de prestação de



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

serviço dos veículos locados pelo municípios”. Na sequência, o Sr. Presidente deu por aprovadas, conforme deliberação do Plenário, as seguintes **INDICAÇÕES** endereçadas ao Sr. Prefeito Municipal: n°s 001 e 007, de 2015, da Sra. Vereadora Luzia Cristina C. Nogueira, sugerindo, respectivamente, “troca de placa de trânsito, na Avenida Adib Chaib, no trecho próximo à ETEC” e “instalação de redutor de velocidade na Rua Sete de Setembro, próximo ao Horto Florestal de Mogi Mirim”; n° 002, 003, 008, de 2015, do Sr. Vereador Laércio Rocha Pires, sugerindo, respectivamente, “recapeamento na malha asfáltica da Rua Prefeito Luiz Amoêdo Campos, na Vila Bordignon”, “instalação de postes e de iluminação pública em toda a extensão da Rua Ronaldo Faria de Araújo, Parque das Laranjeiras”, “estudos para extinção dos radares móveis, que atuam nas ruas da cidade”; n°s 004 e 005, de 2015, da Senhorita Vereadora Dayane Amaro Costa, sugerindo, respectivamente, “poda do mato em toda a extensão do Bairro Jardim Murayana III” e “sinalização nas rotatórias, que dão acesso ao Jardim Murayama III, localizadas na Rua Sebastião Euzébio de Oliveira”; n° 006, de 2015, do Sr. Vereador Marcos Bento Alves de Godoy, sugerindo, “reforço do contingente da Guarda Civil Municipal e dos Agentes de Trânsito, no Distrito de Martim Francisco, no dia 02 de abril, período noturno, e madrugada de 03 de abril, devido a Romaria de Aparecidinha”; n°s 009, 010, 011, 012, 013, 014, 015, 022, de 2015, do Sr. Vereador Luís Roberto Tavares, sugerindo, respectivamente, “manutenção na parte elétrica e nos brinquedos, bem como roça e limpeza nos canteiros da praça, localizada em frente à capela de Santa Rita, na Vila Pichatelli”, “manutenção na iluminação, alambrados e piso da quadra esportiva, localizada na Vila Pichatelli”, “limpeza de bueiro, localizado na rua Rômulo Posi, na Vila Santa Luzia”, “limpeza no terreno, onde estava localizado o antigo CRAS, na Rua Conde Álvares Pentead, no Bairro do Mirante”, “limpeza e roça do mato, nas Chácaras Ypê”, “fiscalização e limpeza de ponto de descarte clandestino de pneus na Estrada do Boa”, “recapeamento na Rua Dr. Luís



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Gonzaga da Gama e Silva, no Jardim Panorama” e “roça do mato e limpeza nas margens da Avenida Vereador Antônio Carlos de Oliveira”; nº 016, 017, de 2015, do Sr. Vereador Jorge Setoguchi, sugerindo, respectivamente, “manutenção no pavimento asfáltico na Rua Arley Parra, no Parque da Imprensa” e “manutenção no pavimento da estrada municipal MMR-370B, denominada Oscar Ferreira de Mello, no Bairro Capão Grosso”; nºs 18, 19, 20, 21, 23, de 2015, do Sr. Vereador Benedito José do Couto, sugerindo, respectivamente, “instalação de redutor de velocidade, em frente ao portão de entrada da EMEB Professor Geraldo Pinheiro, na Rua José Vaz de Camargo, no Bairro Linda Chaib”, “colocação de lombada, na Rua Tupinambá, no Bairro Mogi Mirim II”, “troca de várias lâmpadas na Rua Antônio Ferreti Meleiro, no Bairro Parque das Laranjeiras, nas proximidades da ponte”, “instalação de tela de proteção na quadra de esportes da EMEB Professor Geraldo Pinheiro, na Rua José Vaz de Camargo, no Bairro Linda Chaib” e “operação tapa-buracos na Avenida Expedito Quartieri, nas proximidades da entrada das Chácaras Ypê”; nºs 024, 025, 026, 027 e 029, de 2015, do Sr. Vereador Manoel Eduardo P. C. Palomino, sugerindo, respectivamente, “limpeza da praça, localizada na Rua Cônego Carlos Malho, Bairro Dionísio Linares, bem como a manutenção dos brinquedos lá existentes”, “colocação de bancos na praça, localizada na Rua Cônego Carlos Malho, Bairro Dionísio Linares”, “implantação de academia ao ar livre na praça, localizada na Rua Cônego Carlos Malho, Bairro Dionísio Linares”, “poda de árvore, localizada na Rua José Bonifácio, em frente ao número 164B, centro”, “limpeza dos canteiros centrais e calçadas no Distrito Industrial, principalmente, na Avenida João Pinto e Avenida Rainha”; nº 28, de 2015, do Vereador Ary Augusto Reis de Macedo, sugerindo, “providências, quanto à viabilidade de se fazer vistoria técnica em árvore, localizada na Avenida Dr. Jorge Tibiriçá, 427, centro”; nºs 030 e 031, de 2015, do Sr. Vereador Luís Antônio Guarnieri, sugerindo, respectivamente, “reparos na canaleta da margem do córrego Santo Antônio, em



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

frente ao número 840, da Avenida Brasil” e “melhorias no piso do Espaço Cidadão”. A seguir, o Senhor Presidente submeteu à apreciação e votação dos nobres Vereadores as seguintes **MOÇÕES**, endereçadas à Mesa (aprovadas pela Casa): n.ºs. 001 e 002, de 2015, do Sr. Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio, propondo, “sejam consignados em ata dos trabalhos, votos de congratulações e aplausos para com o técnico da Seleção Brasileira Feminina de Futebol, Oswaldo Fumeiro Alvarez, bem como para com o preparador físico, o mogimiriano, Fábio Guerreiro”, “sejam consignados em ata dos trabalhos, votos de profundo pesar pelo passamento do Sr. Romeu Liberato Magiolo”; n.º 003, de 2015, do Sr. Vereador Waldemar Marcurio Filho, propondo, “sejam consignados em ata dos trabalhos, votos de profundo pesar pelo falecimento da senhora Luzia Rodrigues, mãe do Vereador Cinoê Duzo”; n.ºs 04, 05, 06, de 2015, da Sra. Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, propondo, respectivamente, “sejam consignados em ata dos trabalhos votos de pesar pelo falecimento do senhor Arnaldo Velo”, “sejam consignados em ata dos trabalhos votos de pesar pelo falecimento do ex-vereador Daniel Francisco de Souza” e “sejam consignados em ata dos trabalhos votos de pesar pelo falecimento do senhor Orlando Sechinato Filho”. A seguir, o Sr. Presidente colocou à disposição dos Srs. Vereadores a seguinte **CORRESPONDÊNCIA**: Ofício 2684/2014, datado de 05 de novembro de 2014, subscrito pelo Sr. Eduardo Barbin, Chefe de Gabinete da Secretaria Estadual da Justiça e da Defesa da Cidadania, “respondendo ao Requerimento n.º 467/2014, desta Edilidade”; (arquive-se, após dar ciência ao Vereador Luís Roberto Tavares); Ofícios n.ºs. 001, 002, 003, 004, 005, 006, 007, 008, 009, 010, 011, 012, 013, 014, 015, 016, 017, 018, 019, 020, 021, 022, 023, 024, 025, 026, 027, 028, 029, 030, s/n.º, 036, datados de 07, 08, 19, 20, 22 e 28 de janeiro de 2015, subscritos pelo Prefeito de Mogi Mirim, respectivamente, “respondendo a respeito da Indicação n.º 686/2014; Indicação n.º 684/2014; Indicação n.º 695/2014; Indicação n.º 694/2014; Indicação n.º 690/2014; Requerimento



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

nº 559/2014; Requerimento nº 618/2014; Requerimento nº 648/2014; Requerimento nº 590/2014; Requerimento nº 605/2014; Requerimento nº 629/2014; Requerimento nº 644/2014; Requerimento nº 660/2014; Requerimento nº 665/2014; Requerimento nº 654/2014; Requerimento nº 617/2014; Requerimento nº 639/2014; Requerimento nº 667/2014; Requerimento nº 662/2014; Requerimento nº 553/2014; Requerimento nº 498/2014; Indicação nº 699/2014; Indicação nº 697/2014; Indicação nº 665/2014; Indicação nº 703/2014; Indicação nº 680/2014; Indicação nº 576/2014; Indicação nº 577/2014; Requerimento nº 561/2014; Requerimento nº 632/2014; encaminhando o balancete trimestral do Fundo Municipal de Habitação; e Indicação nº 702/2014, todos desta Edilidade”; (arquive-se, após dar ciência aos Vereadores); Comunicado nº 526/2014, datado de 16 de dezembro de 2014, subscrito pela Sra. Queila Maria Assunção Santos, Coordenadora do Conselho Tutelar de Mogi Mirim, “apresentando a nova composição da quarta coordenação, do atual mandado do conselho, para o período de 21/12/2014 a 20/06/2015”; (arquive-se); Ofício nº. 313504, de 2014, datados de 08 de janeiro do corrente ano, subscrito pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, “comunicando a liberação de recursos financeiros”; (arquive-se); Ofício nº 11/2015, datado de 05 de janeiro de 2015, subscrito pelo Sr. Paulo Sérgio Monteiro da Silva, Gerente Operacional de Distribuição da Empresa de Correios e Telégrafos, “informando sobre a entrega de correspondência no Parque das Laranjeiras, em Mogi Mirim”; (arquive-se); Ofício 054/2014, datado de 17 de dezembro de 2014, subscrito pelo Sr. Leandro Guerra, Relações Institucionais da Concessionária de Telefonia TIM, “respondendo ao Requerimento nº 467/2014, desta Edilidade”; (arquive-se, após dar ciência ao Vereador Luís Roberto Tavares); Carta, datada de 09 de janeiro de 2015, subscrita pelo cidadão Edison Róttoli Hernandez, “sobre o gravíssimo problema de moradia em Mogi Mirim”; (arquive-se, após dar ciência aos Vereadores). Não havendo mais proposituras, ou quaisquer



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

outros documentos, para serem levados ao conhecimento do Plenário, o Sr. Presidente facultou o uso da palavra no “Expediente”, anunciando os oradores inscritos, conforme § 6º, do Artigo 111, do Regimento Interno. A primeira oradora foi a Vereadora Luzia C. C. Nogueira, que pediu total concentração dos pares para apreciação dos Projetos de Lei nºs 104 e 120/2014, respectivamente, de concessão administrativa dos serviços funerários do município, mediante licitação, e sobre a permissão para uso e ocupação do solo público, pelo comércio ambulante e fixo. Afirmou que ambas as matérias eram do interesse de grande parcela da população, que os interessados deveriam se manter a par do assunto e convidou toda a população para conhecer e discutir os projetos, na Câmara, e colocar sua posição junto a cada vereador, seus representantes na votação. Lembrou que na questão do uso do solo, existiam muitas famílias que dependiam da atividade para se manterem e questionou como estas ficariam com o novo projeto, que era bom, visava organizar o setor, mas poderia vir a prejudicar muitas famílias, justamente, pela questão do aumento das taxas. “É importante que a parte interessada tome ciência e se posicione, junto ao vereador, para que possam ser feitas emendas, e o mesmo vale para a questão das funerárias, peço que tomem conhecimento e se posicionem, junto aos seus vereadores”, destacou. Em relação do Horto Florestal, espaço público atualmente fechado para a população, a Vereadora do PSB relatou que esta era uma situação antiga; que o espaço tinha sido fechado à época do ex-prefeito Carlos Nelson Bueno; que prosseguia fechado; que alguns vereadores da oposição tinham observado um movimento popular e a ele haviam aderido, na tentativa de verificar as condições do local, que haviam detectado que as obras estavam em andamento, mas que existiam ainda pendências e que, o principal era a liberação do espaço, pela Secretaria Estadual do Meio Ambiente. Informou que a liberação ainda não tinha sido solicitada junto à secretaria e que, por tal razão, não seria concedida tão cedo, haja vista mudanças burocráticas, ocorridas, recentemente, na pasta e no



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

IBAMA, órgão que, anteriormente, era o responsável pelo cadastramento e, agora, não mais. “O Estado de São Paulo é imenso e o cadastramento está sendo feito município, por município, e somente depois, passará a atender à solicitação de documentos e cumprido tal estágio, enfim, conceder-se-á a licença ambiental, portanto, observamos que a administração, desde o ano passado, afirmava que o Horto e o Zoológico seriam inaugurados, em breve, algo que não era verdade, porque o governo municipal sabia que não conseguiria o feito, logo, é momento de nossa união e, junto às lideranças partidárias, requerermos a inauguração daquele espaço, o mais rápido possível, para reabertura da grande área de lazer, que foi retirada da população”, expôs e concluiu sua participação. Na sequência, fez uso da palavra o Vereador Manoel Eduardo P. Cruz Palomino. Ele defendeu os Projetos de Lei nºs 112 e 108/2014, de sua autoria, ambos com parecer desfavorável da Comissão de Justiça e Redação e constantes da “Ordem do Dia” da presente sessão. Explicou que o Projeto de Lei nº 108/2014 era relativo à causa animal, estabelecendo, no âmbito do município, sanções e penalidades para aqueles que praticassem maus-tratos aos animais e que, o intuito do projeto era incentivar a população a denunciar casos de maus tratos, sendo os valores das multas repassados ao Programa Bem Estar Animal, ou para as ONGs de Proteção dos Animais, visando, desta forma, ao menos, minimizar o grande número de casos de abandono e crueldade contra os animais. Explanou que o Projeto de Lei nº 112/2014 objetivava o fornecimento de equipamento de segurança – coletes à prova de balas, haja vista a inexistência de lei, obrigando o fornecimento desse equipamento de segurança ao Guardas Municipais, justamente, a preocupação do Vereador. O Vereador do PPS citou ainda, o Estatuto da Guarda Municipal, em âmbito federal, aprovado em 2014, acreditando numa ampliação dos direitos de tal categoria profissional, e rogou aos pares a derrubada dos pareceres desfavoráveis da Comissão de Justiça e Redação. “Conto com apoio de todos os colegas, para que votem contrariamente aos pareceres



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

desfavoráveis da Comissão de Justiça e Redação, pois, entendo ser um parecer técnico, no entanto, diante da necessidade e importância dos projetos, é que tomei essa iniciativa, que tenho certeza, só vem a beneficiar nosso município”, aclarou e encerrou participação. O próximo orador foi o Vereador Luiz Antônio Guarnieri que, de início, congratulou-se com a nova Mesa Diretiva da Câmara Municipal, desejando boa sorte aos vereadores componentes e um pensamento único, voltado ao bem comum. Depois, falou sobre os problemas da cidade, explicando que, durante o recesso, o número de reclamações havia sido grande por parte da população, constantes sobre problemas de iluminação, quarteirões sem postes e os inúmeros buracos, causados por obras inacabadas do SAAE. Relatou que reclamara junto à autarquia, intermediando os problemas da população, e que fora atendido de forma satisfatória, principalmente, na questão da iluminação, logo, também enaltecia o trabalho desses funcionários, que tinham assistido os munícipes. Afirmou que a quantidade de serviços era enorme, porque o município era grande; que o serviço precisava ser melhorado; que, desde janeiro do corrente ano, o município tinha assumido os serviços que anteriormente cabiam à concessionária Elektro, que a Contribuição de Iluminação Pública já estava sendo cobrada, era fato, e que, a falta de iluminação gerava insegurança e a insatisfação dos munícipes. Prosseguindo, destacou sua indicação, sugerindo melhorias no piso do Espaço Cidadão, explicando que o piso era composto por uma camada asfáltica inadequada, acarretando uma enorme reclamação quando das chuvas, haja vista a formação de poças d’água, as quais atrapalhavam as pessoas que iam às compras e também os feirantes, quando das feiras livres realizadas no local. “E na madrugada, quando os feirantes chegam para montar suas barracas, o local é escuro, portanto, espero que as secretarias envolvidas possam resolver o mais rápido possível a situação, embora devesse todo o Espaço Cidadão ter uma adequação melhor”, sublinhou. Também comentou requerimento, através do qual solicitou a relação dos imóveis



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

alugados pela Prefeitura Municipal, dados de suma importância, para análise do quanto a prefeitura estava gastando em tais locações, lembrando ainda, que 2015 seria um ano difícil, economicamente falando, e era preciso ter cuidados. Abordou também o assunto do Horto Florestal, questionando o porquê de tanto tempo de paralisação e relatou que a Vereador Maria Helena Scudeler de Barros iria verificar, junto ao Governo do Estado, na tentativa de acelerar os procedimentos burocráticos. Por fim, disse de sua preocupação para com a Banda Lyra, cujos convênios tinham sido cortados pela administração municipal. “Hoje, vimos a chegada de alguns projetos relativos à banda, mas eu fico preocupado, porque o serviço prestado pela Banda Lyra é de excelência e o assunto merece cuidado e todo o carinho da administração”, frisou e findou o discurso. A próxima oradora foi a Vereadora Dayane Amaro Costa, que saudou a Mesa Diretiva e, em nome de seu Presidente, João Antônio Pires Gonçalves, parabenizou a todos, desejando ótima gestão, voltada ao bem comum. No ensejo, fez um pedido direcionado ao Presidente da Câmara, acerca da acessibilidade na Câmara Municipal, requerendo, verbalmente, a adequação da Casa aos padrões e normas da ABNT, tais como, piso direcional e espaço para cadeirantes, dentre outros. Também requereu atenção da presidência para o intérprete de LIBRAS, para que fosse feita com urgência sua contratação, porque não entendia justo que algumas pessoas, tais como os deficientes auditivos, não pudessem participar das sessões da Câmara, por falta de recursos. A Vereadora do PDT pediu a transferência de seu gabinete para o Edifício do Paço, sede do Poder Legislativo, porque a estada na casa alugada, para uso temporário enquanto da reforma, que nunca ocorreu, estava lhe prejudicando, pois não conseguia acessar a sala a ela destinada, tendo que passar pelo constrangimento de ter que ser carregada, lembrando, igualmente, que não reclamava só por si, mas por todos os outros deficientes. “Tive mil, seiscentos e oitenta e três votos, represento a população e peço devidas condições de trabalho nesta Casa; eu sei da sua



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

decisão, Presidente, sobre o aluguel do novo prédio, e digo que não concordo, já me manifestei, e sei que as sessões continuarão aqui, um prédio público que deve estar adequado, logo, eu peço a transferência de meu gabinete, porque este prédio é, ao menos, mais acessível que lá e existe um banheiro adaptado, algo que a casa alugada não tem”, explicou, encerrando. Como o próximo inscrito, Vereador Benedito José do Couto, desistisse da palavra, ocupou a tribuna o Vereador Luís Roberto Tavares. Este saudou os comerciantes ambulantes, presentes às galerias, e declarou seu apoio à causa da categoria. Depois, falou sobre o aluguel de um novo prédio para abrigo da sede do Poder Legislativo de Mogi Mirim, estabelecendo que, mesmo tendo feito parte da Mesa anterior, sempre fora contrário ao aluguel do novo prédio, como várias citações em ata podiam provar. Na sequência elencou muitos problemas que haviam acontecido durante o recesso legislativo, tais como, três enchentes no Túnel Mário Covas; crateras na Avenida Expedito Quartieri; inundação na Rua Tupinambá, no Jardim Europa, onde se localizavam várias casas com rachaduras, e também, problemas nos bueiros, tendo sido acionada a Defesa Civil. Relatou problemas no Parque das Laranjeiras, local onde as fortes chuvas haviam provocado crateras nas ruas de terra, principalmente, grandes problemas nas Ruas 16, 17, 18 e 30, esta última, permanecendo interditada para o trânsito de ônibus circulares durante quinze dias. “No dia 05 último, com muita luta, conseguimos levar as máquinas para arrumarem a Rua 30, para que, pelo menos o transporte público pudesse percorrer o bairro, mas quero dizer que o maior problema é a iluminação pública, o momento de transição dos serviços da Elektro para a administração e a Prefeitura não está preparada para assumir o serviço, portanto, fica o nosso descontentamento, porque, desde setembro de 2014, venho falando sobre isso e a Prefeitura já está há quatro meses recebendo os dividendos da Contribuição de Iluminação Pública – CIP e até o dia 05 último, a administração não tinha sequer uma equipe de trabalho montada, então, deixo a minha crítica e lembro a



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

todos, que existe um órgão superior fiscalizador, que é a ANEEL”, declarou e concluiu sua fala. O próximo Vereador a usar a tribuna foi o Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio que, desde logo, parabenizou o Presidente da Câmara, Vereador João Antônio Pires Gonçalves, pela reunião realizada na Sala da Presidência, durante a suspensão dos trabalhos, para composição das Comissões Permanentes, afirmando que o momento tinha sido proveitoso e que, se o presidente continuasse na mesma postura, certamente, faria uma excelente gestão. Prosseguindo, elencou vários problemas ocorridos durante o período de recesso, principalmente, a difícil situação das estradas rurais, bem como contínuos problemas de trânsito na zona urbana, destacando ainda que, algumas vias da cidade necessitavam de uma atenção superior, por parte da Secretária Beatriz Gardinalli. Afirmou que o prefeito não fora feliz nos dois primeiros anos de mandato e lembrou que havia a promessa de melhorias para os dois anos futuros, mas que, de qualquer forma, os vereadores tinham, agora, a oportunidade de mostrar a força do Poder Legislativo. “Nos últimos dois anos, deixamos muito a desejar; somos dezessete, é a Casa como um todo, é o nome de todos que acaba ficando na berlinda, portanto, para os próximos dois anos não há mais desculpas, pois já existe experiência adquirida, não há porque dizer que não se sabe, porque tivemos tempo para aprender, e temos a chance de executar um bom trabalho, independentemente, do que o prefeito faça”, pontuou. Assegurou que o PSDB estava um partido muito forte, com várias filiações e bons nomes para a prefeitura, e colocou o seu nome para a apreciação o partido, como pré-candidato a prefeito, se o partido acreditasse fosse ele o mais adequado. “Pelos fatos, temos condições de fazer bem melhor do que estamos vendo, nosso orçamento é enorme e penso que, no momento, talvez falte a administração do orçamento, portanto, com uma boa equipe, faremos a boa administração, o PSDB tem bons nomes e se a sociedade entender que serei útil, desde já, submeto o meu nome ao partido”, frisou e finalizou seu discurso. Na sequência, fez uso da palavra o



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Vereador Jorge Setoguchi. Este, primeiramente, parabenizou a nova Mesa Diretiva da Câmara Municipal para o biênio 2015/2016, desejando uma profícua gestão aos cinco componentes. Depois, versou acerca das proposituras que apresentou, especificamente, pedido para ARTESP e Renovias, objetivando implantação de terceira faixa na altura do km 150, na pista norte da Rodovia SP – 340, trecho intitulado subida do Engenho da Serra. Registrou ainda, as várias reclamações dos produtores agrícolas, no tocante às precárias condições das estradas na zona rural e, para finalizar, salientou que a situação o PSF Gabrielzinho continuava a mesma, o prédio interditado e o atendimento sendo feito no PSF Piteiras, bairro distante dez quilômetros do Bairro Gabrielzinho, sem que a administração tivesse colocado um veículo para atendimento da população, levando o Edil a solicitar urgentes providências para a problemática, que já se arrastava desde o ano passado. Na sequência, fez uso da palavra o Vereador Laércio Rocha Pires. O Vereador proferiu suas palavras iniciais, dirigindo-se ao Vereador Cinoê Duzo, desejando-lhe os pêsames, as bênçãos de Deus, a fortaleza e a certeza de que a mãe estaria no céu, sempre ao seu lado. Depois, falou sobre sua indicação, sugerindo a retirada dos radares móveis do município, porque a situação estava um caos, causando prejuízos à população e lhe parecia, o serviço não estava sendo executado por profissionais. Também solicitou providências para a camada asfáltica da Rua Sebastião Milano Sobrinho, desejoso em conseguir que aquela população se sentisse confortável em sua própria rua. Relatou ainda, que permanecera estacionado com seu Gabinete Móvel na divisa da cidade com a vizinha Mogi Guaçu, durante dez dias, no período do recesso, na tentativa de colher assinaturas para um pedido de instalação de semáforo na Rodovia Nagib Chaib, altura do Buffet Infantil Hakuna Matata. Relatou ter colhido duzentas e cinquenta assinaturas, visando sensibilizar o Prefeito, para que alguma providência fosse tomada naquele trecho, lembrando, igualmente, que já havia oficiado seis requerimento a São



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Paulo e, até agora, não tinha conseguido o semáforo naquela divisa. Para concluir, voltando sua fala aos vendedores ambulantes, aclarou que estava na luta com a categoria há quinze anos e que, não permitiria eles fossem prejudicados por qualquer mudança na lei, posicionando-se e se adiantando favorável aos ambulantes, destacando, em derradeiro, que estava em contato com sindicalistas, pois procurava constituir, no município, o sindicato da categoria. O próximo orador foi o Vereador Marcos Bento Alves de Godoy, que comentou sobre os problemas expostos pelos pares, falando sobre as questões do Horto Florestal, dizendo-se desanimado, porque, de fato, não havia previsão para a reabertura do Horto Florestal. Disse que desejava ingressar na luta em prol da reabertura do espaço; que iria buscar respostas sobre o assunto junto ao setor de Planejamento da Prefeitura Municipal; que não entendia qual a dificuldade existente dentro do Poder Executivo, a qual não permitira, ainda, a inauguração do espaço; que sabia da influência do Deputado Barros Munhoz junto ao Governo do Estado, intercessor que, certamente, aceleraria o trâmite burocrático, embora o vereador fosse sabedor também, de que uma licença ambiental demorava cerca de seis meses para ser expedida, mesmo com toda documentação em ordem, que a demora causava problemas e desgostava a população e que, era necessário formar um bloco regional, união entre as câmaras da região, para a busca de maiores recursos junto aos Governos Estadual e Federal, bem como de leis, que melhorassem as condições da população. Por fim, colocou a sua preocupação com a Dengue, que se proliferava muito rapidamente na cidade, dizendo que a questão da Dengue era uma questão de conscientização da população e, já que a Prefeitura não era o órgão competente para executar pulverizações, rogou fosse feita uma nebulização pela SUCEN – Superintendência de Controle de Endemias, na tentativa de amenizar a problemática. Ato contínuo, fez uso da palavra o Vereador Waldemar Marcurio Filho, que agradeceu aos pares os votos recebidos, os quais lhe tinham permitido ser o 1º. Secretário da Mesa, bem como



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

parabenizou toda a Mesa Diretiva da Câmara. Estabeleceu o seu apoio aos projetos de iniciativa do Vereador Manoel Eduardo P. C. Palomino, desde logo, declarando o seu voto contrário para ambos os pareceres desfavoráveis, principalmente, ao que propunha a aquisição de coletes a prova de balas para os Guardas Civis Municipais – GMs. “A criminalidade na cidade é alta, está perigoso, matam policiais e os GMs têm que estar devidamente protegidos”, salientou. Para concluir, dirigiu-se ao Vereador Cinoê Duzo, externando suas condolências e frisando que tinha profunda admiração pelo carinho com o qual o Vereador Cinoê sempre tratara a falecida mãe. Leu a justificativa de seu requerimento, elencando as virtudes de Dona Luzia Rodrigues e lamentou a enorme perda. “O vereador entende o que é a família, o carinho que tem por sua mãe permanecerá no coração, ficam os meus respeitos e sentimentos de pesar”, frisou e concluiu. Também fez uso da palavra o Vereador Cinoê Duzo. Ele agradeceu a Deus e a todos, pelo carinho demonstrado para com sua mãe, disse que não deixaria que a memória de sua mãe se apagasse com o tempo, que faria com que ela permanecesse. Declarou que os pais deviam ser honrados, enquanto estivessem na terra. “Choro de saudades, mas como ela me ensinou, mesmo na dificuldade, ela disse, não temos o direito de reclamar e não vamos reclamar, mas vamos agradecer a Deus a vida que ele nos deu; ela pediu que eu levasse esse ensinamento pela vida, ou seja, agradecer sempre, até pelas dificuldades, e seria egoísmo meu desejar que ela permanecesse, do modo como estava sofrendo, portanto, agradeço a todos e à população, de modo geral, pois muitas pessoas gostavam de minha mãe, pessoa que não tinha estudo algum, mas sabia muito mais que muitos que detinham a faculdade, sem contar a sabedoria e a bondade, o poder de fazer amizades e, para minha alegria, sempre serei o filho da Dona Luzia”, destacou, emocionado. Aos que tinham mães, o vereador pediu que beijassem mais suas mães, abraçassem mais, participassem da vida de suas mães, agradeceu as orações recebidas e rogou pelas bênçãos de Deus na vida de



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

todos. Na sequência, ocupou a tribuna a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, que elogiou os primeiros atos da nova presidência da Câmara. “É preciso dizer, que o primeiro comportamento da presidência desta Casa já demonstrou simpatia e respeito para com todos os vereadores, ou seja, a posição do novo presidente, de não monitorar e de não conduzir que as comissões mais importantes desta Casa fossem definidas pelo Poder Executivo; sei que houve rumores, mas a nossa comissão, a de Finanças e Orçamento, já mostra que o peso da oposição é maior do que o peso da situação”, colocou. Aclarou que estava muito satisfeita e que a reunião tinha sido decente, competente e clara. Cumprimentou o novel presidente, pela atitude como conduziu sua primeira reunião e afirmou que a Câmara era o cenário de todas as discussões que envolviam a população, a qual deveria sempre vir à Câmara, para conversar com todos os vereadores. Depois, relatou a visita feita ao Horto Florestal, percorrendo a Vereadora Luzia Nogueira, o Vereador Luiz Guarnieri, os senhores Paulo Tristão e Alexandre Valpassos, os funcionários do Zoológico e ela, oradora, todo aquele espaço, permanecendo o grupo por três horas, verificando as adequações executados no Horto Florestal. Relatou que estavam elaborando um requerimento, para obter mais informações sobre todos contratos com empreiteiras, porque tinham ocorrido erros, coisas haviam sido refeitas e isso, tinha custado muito caro. “Na minha opinião, se houve todo esse investimento que foi dito, então, não estou satisfeita, porque observei pisos novos, quiosques novos, o desassoreamento do lago, novos habitats da fauna, mas ainda falta muita coisa e estamos elaborando o requerimento para que PT, PSB e PSDB tenham informações sobre as novas empreiteiras e sobre as anteriores, que fizeram o trabalho naquele local, e também adianto que estaremos, em breve, com o Deputado Estadual Barros Munhoz e vamos levar a ele o pedido encaminhado à Secretaria Estadual de Meio Ambiente, solicitando a possibilidade de reabertura do Horto, todavia, digo que não vejo muitas possibilidades, porque ainda há muito o que fazer



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

naquele espaço e não devemos pedir que se antecipe uma inauguração, com tantas adequações a serem feitas; o Secretário só virá quando tudo estiver pronto e isto, vai demorar muito”, explanou e encerrou sua fala. Não havendo mais oradores inscritos, o Sr. Presidente suspendeu a Sessão às 21h20, conforme o disposto no Artigo 105, da Resolução nº 276/2010 (Regimento Interno vigente). Decorrido o interstício regimental a que se refere o citado dispositivo e depois de nova chamada nominal dos Srs. Vereadores, conforme o disposto no Artigo 112, § 1º, da já citada Resolução, ao fim da qual constatou-se a totalidade dos membros da Casa, o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos da "**ORDEM DO DIA**", submetendo à apreciação da Casa o que segue: **EM PRIMEIRO TURNO**: “**ex-vi**” do disposto no inciso I, do **Artigo 172 do Regimento Interno**: 1. PARECER DESFAVORÁVEL emitido pela Comissão de Justiça e Redação ao Projeto de Lei nº 112, de 2014, de autoria do Vereador Manoel Eduardo P. da C. Palomino, “dispondo sobre obrigatoriedade de fornecimento de colete à prova de balas aos Guardas Civis Municipais do Município de Mogi Mirim”. Havendo rejeição do Parecer, o Projeto de Lei em tela será remetido à Comissão de Finanças e Orçamento, conforme dispõe o Artigo 55, § 4º do Regimento Interno; (posto a votos em sessão de hoje, Primeiro (1º) Turno, a Casa rejeitou, por quatorze (14) votos contrários a um (01) voto favorável dos vereadores presentes, o Parecer Desfavorável da CJR ao Projeto de Lei nº 112/2014, do Vereador Manoel Eduardo P. da C. Palomino); (à Comissão de Finanças e Orçamento); 2. PARECER DESFAVORÁVEL emitido pela Comissão de Justiça e Redação ao Projeto de Lei nº 108, de 2014, de autoria do Vereador Manoel Eduardo P. da C. Palomino, “estabelecendo, no âmbito do Município de Mogi Mirim, sanções e penalidades administrativas para aqueles que praticarem maus-tratos aos animais”. Havendo rejeição do Parecer, o Projeto de Lei em tela será remetido às demais comissões, conforme dispõe o Artigo 55, § 4º do Regimento Interno; (submetido a votos em sessão de hoje, Primeiro (1º)



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Turno, a Casa rejeitou, por unanimidade dos Vereadores presentes, o Parecer Desfavorável da CJR ao Projeto de Lei nº 108/2014, do Vereador Manoel Eduardo P. da C. Palomino); (à Comissão de Finanças e Orçamento); **EM SEGUNDO TURNO: “ex-vi” do disposto no inciso I, do Artigo 172 do Regimento Interno:** 3. Projeto de Lei nº 113, de 2014, de autoria da Vereadora Dayane Amaro Costa, “dispondo sobre a inclusão e uso do nome social de pessoas travestis e transexuais, nos registros municipais relativos a serviços públicos prestados no âmbito da Administração Direta e Indireta, conforme especifica”; (colocado a votos em sessão de hoje, Segundo (2º) Turno, a Casa aprovou, por unanimidade dos Vereadores presentes, o Projeto de Lei nº 113/2014, da Vereadora Dayane Amaro Costa); (à sanção do Prefeito de Mogi Mirim). Finda a pauta constante da "Ordem do Dia", o Sr. Presidente passou, desde logo, à parte dos trabalhos reservada à "**EXPLICACÃO PESSOAL**", conforme determinam os Artigos 114 e 115 da Resolução nº 276/2010 (Regimento Interno vigente). Como o primeiro inscrito, Vereador Luiz Antônio Guarnieri, desistisse da palavra, ocupou a tribuna a Vereadora Luzia C. C. Nogueira, que comentou sobre a manutenção da iluminação pública, assunto citado pelo Vereador Luís Roberto Tavares. Relatou que o jornal oficial da Prefeitura dizia que a equipe estava chegando aos locais escuros, com mais rapidez que a Elektro, e que tinham resolvido bastantes problemas, mas que ela havia levado um susto ao passar pela Rua Sete de Setembro, que estava um ‘verdadeiro apagão’. “Ligando na Prefeitura, fui informada de que iriam ao local, e foram, mas eu soube que apareceram mais de quatro dias depois, para sanar o problema, e quatro dias sem luz já é um apagão, e não é só lá, mas em outros pontos da cidade, então, houve a promessa, é um serviço que já está sendo cobrando da população e ela tem o direito de exigir”, explanou. Finalizando, comentou suas indicações, sugerindo a troca de placas de trânsito, na Avenida Adib Chaib, no trecho próximo à ETEC, e a instalação de redutor de velocidade na Rua Sete de Setembro, próximo ao



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Horto Florestal de Mogi Mirim, bem como o requerimento que apresentou, solicitando documentos, objetivando elucidar mais uma licitação ocorrida no final do ano, conflitante com a proposta da administração de ‘sair do vermelho’ financeiro no qual se encontrava. Na sequência, fez uso da palavra a Vereadora Dayane Amaro Costa, que usou do seu tempo, primeiramente, para enaltecer e parabenizar o Corpo de Bombeiros, pelo trabalho que tinha realizado no resgate de um animal. Prosseguindo, ratificou a fala do Vereador Luiz Guarnieri acerca do término de convênios com a Banda Lyra Mogimiriana, salientando que o assunto era muito importante, que a banda era um dos cartões-postais da cidade e que, daria total apoio aos músicos. “Vamos nos unir e vamos fazer o melhor, porque eles fazem um trabalho sensacional”, pontuou. Finalizando, com relação aos Projetos de Lei n°s 104 e 120/2014, respectivamente, de concessão administrativa dos serviços funerários do município, mediante licitação, e sobre a permissão para uso e ocupação do solo público pelo comércio ambulante e fixo, a vereadora informou que iria estudá-los muito bem, para que não existissem erros no momento da votação, visando que nenhuma pessoa fosse prejudicada. Como o próximo orador inscrito, Vereador Benedito José do Couto, desistisse da palavra, fez uso da mesma, ato contínuo, o Vereador Luís Roberto Tavares que, desde logo, versou a respeito de suas proposituras, informando que estava solicitando, através de requerimento, várias informações sobre a Contribuição de Iluminação Pública, tais como, qual o montante arrecadado até o momento e cópia do projeto de manutenção do sistema. “Desde setembro, eu bato nesta tecla, porque está tudo errado, está errado o projeto, errada a forma como está sendo feita a cobrança junto à população, o momento em que se deu a cobrança, o valor está errado, enfim, tudo está errado, inclusive, a forma como foi feito o convênio, porque a Elektro, para transferir os encargos para a administração, deveria ter entregue o sistema sem qualquer problema, apenas manutenção, e não foi isso o que aconteceu”, declarou. O vereador lembrou que, depois de



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

vários questionamentos, feitos nos meses de outubro, novembro e dezembro do ano passado, permanecia sem respostas por parte da administração, e que, a partir de agora, estava questionando a própria agência reguladora, sobre os documentos relativos à transferência dos ativos de iluminação, aclarando, todavia, que, futuramente, a administração teria que responder à ANEEL, a agência reguladora. “Não precisa ser bom entendedor para saber que está errado; é um valor muito grande, a arrecadação pode chegar a um milhão reais/mês e, para piorar, parece-me a administração está cobrando a taxa também no IPTU, sendo que ela é cobrada através do boleto da Elektro, logo, a questão da CIP fugiu do controle e o serviço também não é organizado, nem detalhado, e o povo quer ser tratado com dignidade, quer o reparo da iluminação de Mogi Mirim, que tem muitos pontos no escuro”, salientou e concluiu. Na sequência, como os Vereadores Osvaldo Aparecido Quaglio e Jorge Setoguchi, inscritos, desistissem da palavra, ocupou a tribuna o Vereador Laércio Rocha Pires que, desde logo, dirigiu-se ao Vereador Luís Roberto, inquirindo deste último, se ele tinha, de fato, conhecimento de que a CIP estava sendo cobrada na taxa no ITUP, porque, se tal fato fosse comprovado, sugeria ao colega ingressasse com uma representação na Justiça. “Eu desconheço isso, se é fato, porque nós temos que estar a par das coisas, para não complicarmos mais a situação; cabe aos vereadores e à população ajudar a administração e a população tem que reclamar e cobrar, procurando o seu vereador, e aos que estão me procurando, tenho ligado no departamento e tudo está sendo resolvido, rapidamente”, falou. Prosseguindo, abordou os problemas do Parque das Laranjeiras, relatando que havia convidado os Secretários Municipais para visitarem o bairro e que, seis deles tinham aceitado o convite e verificado, in loco, os problemas. Relatou que a máquina tinha sido passada nas ruas do loteamento e que, a situação tinha melhorado, mas lamentou a intensidade da chuva da data, que, certamente, faria a terra ser levada pela enxurrada, novamente. “Fiz o convite ao prefeito para visitar o Laranjeiras, que era só



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

crateras, e seis secretários estiveram lá, a máquina foi passada e muito melhorou, mas choveu, novamente, portanto, digo que se deva compactar a terra com o rolo, caso contrário, com a chuva, a terra será levada pela enxurrada”, sublinhou e encerrou sua fala. Os últimos Vereadores inscritos, Marcos B. A. de Godoy, Waldemar Marcurio Filho, Cinoê Duzo e Maria Helena Scudeler de Barros, declinaram do uso da palavra. Como não houvesse mais oradores inscritos para falar em “Explicação Pessoal”, o Sr. Presidente determinou fosse guardado um respeitoso **MINUTO DE SILÊNCIO** pelo passamento dos senhores *Romeu Liberato Magiolo, Orlando Sechinatto Filho*, o ex-vereador *Daniel Francisco de Souza, Arnaldo Velo* e *Dona Luzia Rodrigues*, mãe do Vereador Cinoê Duzo, todos falecidos recentemente. Cumprida dita providência e nada mais a tratar, o Sr. Presidente da Câmara, Vereador João Antônio Pires Gonçalves, agradeceu a presença de todos e, sob a proteção de Deus, encerrou os trabalhos da presente Sessão às 22 horas, do que, para constar, determinou a lavratura da presente Ata, a qual, após achada conforme, discutida e aprovada vai, a seguir, devidamente assinada.

CMM